

A impossibilidade do consenso na cena urbana do pixo em Belo Horizonte: discurso, comunicação e política no embate entre pixadores e poder público.

The impossibility of consensus in the urban scene of pixo in Belo Horizonte: discourse, communication and politics in the clash between pixadores and public power.

Ana Karina de Carvalho Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre e Especialista em Comunicação Social pela mesma instituição.
Email: anakarina.akco@gmail.com

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando principalmente nos seguintes temas: estética, política, dissenso, subjetivação, movimentos insurgentes.
Email: angelasalgueiro@gmail.com

Submetido em: 31/08/2017

Aceito em: 05/11/2017

DOSSIE

RESUMO

Em Belo Horizonte, há uma intensificação do combate à prática da pixação que já resultou na condenação de alguns de seus autores por associação criminosa. Paralelamente, há esforços de ampliação e fortalecimento do debate sobre o tema, com a participação ativa dos pixadores. O objetivo deste trabalho é analisar os recentes embates entre poder público e pixadores na cidade, com particular atenção aos modos de presença, participação e fala destes em contextos de debate. Para a análise, são trazidas diferentes construções de conceitos caros ao campo da Comunicação, como discurso, comunicação e política, conforme tratados por Foucault, Habermas e Rancière, e outros conceitos e autores que auxiliam na configuração do quadro que se deseja construir, como a questão da enunciação em Deleuze e Guattari, e da aparência em Hannah Arendt.

PALAVRAS-CHAVE: Pixadores; poder público; comunicação; discurso; política.

ABSTRACT

In Belo Horizonte, there has been an increase in the fight against the practice of "pixação", which has already resulted in the conviction of some of its authors of criminal association. At the same time, there are efforts to broaden and strengthen the debate on this topic, with the active participation of the "pixadores". The aim of this work is to analyze the recent conflicts between public power and "pixadores" in the city, with particular attention to the modes of presence, participation and speech of these subjects in contexts of debate. In our analysis, we consider a few concepts that are valued in the field of Communication— such as discourse, communication, and politics — as treated by Foucault, Habermas and Rancière, and other concepts and authors that assist in the configuration of the framework we want to construct, such as the problem of enunciation in Deleuze and Guattari, and appearance in Hannah Arendt.

KEYWORDS: Pixadores; public power; communication; discourse; politics

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos dos recentes embates entre pixadores e poder público na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, intensificados a partir das prisões de grupos de pixadores pelo crime de associação criminosa em 2010, 2015 e 2016. A principal dimensão abordada aqui é a presença e participação dos pixadores em eventos que têm como objetivo ampliar o debate público sobre o cenário da pixação e a situação dos seus praticantes na cidade. O que torna esse contexto instigante é o fato de que esses sujeitos são, de alguma forma, chamados a estarem presentes nesses espaços de participação, ainda que a iniciativa do debate não seja propriamente deles. A partir do momento em que percebem que suas falas podem ser ouvidas e consideradas, potencializam sua ação política sem, contudo, reivindicarem a descriminalização da pixação.

É importante salientar que consideramos que a subjetivação política dos pixadores está também e primordialmente associada à suas ações no espaço urbano, ao pixo propriamente dito. Entendemos que sua intervenção no espaço e na cena urbana dissensual já os caracteriza como sujeitos políticos, já que nesse contexto eles demonstram, cotidianamente, seu poder de recriar a cena sensível na qual se inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas formas de enunciação coletiva. Os pixadores modificam o regime enunciativo que coordena os agenciamentos majoritários que sustentam a vida na cidade justamente porque aparecem por meio de um outro léxico, uma outra linguagem: a linguagem própria do eu-pixador, do “nós-pixadores” e da própria experiência. No entanto, as enunciações e aparições que eles performam em espaços de debate instituídos por agentes cívicos institucionais e coletivos são momentos em que, para além das marcas da pixação, nos deparamos com os pixadores, suas experiências, seus corpos, rostos e vozes, e são, assim, extremamente relevantes para que eles reivindiquem que a sociedade os perceba e os reconheça como sujeitos dignos de reconhecimento e escuta.

Inspiradas pelo conceito de “literatura menor”, apresentado por Deleuze e Guattari (2014), argumentamos que os pixadores criam e agem no mundo por meio de uma sintaxe incorreta (2014, p. 40), desterritorializada: uma sintaxe para gritar e também para “dar ao grito uma sintaxe”. A operação

política do pixador, aquela que alimenta seu processo de subjetivação, está, talvez, atrelada a essa elaboração e vivência de uma sintaxe que, ao mesmo tempo, conecta e desconecta sua presença dos usos roteirizados da cidade (estabelecidos pelas técnicas governamentais e pelos princípios que associam governança a controle) e das experiências naturalizadas do espaço urbano, essas que operam em plena luz, mostrando o que pode ser dito e o que não pode, quem pode aparecer e circular e aqueles ou aquelas que devem permanecer no ostracismo. Uma sintaxe produzida nessas condições revela singularidades, ao mesmo tempo em que desvela o valor coletivo da enunciação que une o pixador a outros agentes da cidade, aos grupos e coletivos que se empenham em forjar os meios de colocar em prática uma sensibilidade solidária, insurgente e revolucionária. A desterritorialização promovida pela arte menor teria como função devolver a sonoridade ao silenciamento do cotidiano, a espessura aos espaços e tempos achatados pela repetição, a visibilidade às relações de força interiorizadas. O grito presente na sintaxe da rua, do pixo (os *hidden transcripts*, de James Scott)¹, tem a potência de sintonizar as vozes dos demais oprimidos, contrapondo-se à sintaxe roteirizada e esvaziada do poder público (os *public transcripts*)².

Sob esse aspecto, e de acordo com o pensamento deleuziano, os pixadores são minoria. Uma minoria coloca em marcha o movimento de um grupo que, qualquer que seja sua quantidade de integrantes, é excluído em prol da maioria ou nela incluído como forma de sobrevivência. Mas uma minoria, segundo Deleuze (1992), ao produzir uma variação infinita de modalidades de subtração das identidades aos modelos majoritários, é capaz de evidenciar a multiplicidade em ato. Assim, os pixadores, quando se defrontam com o poder público, evidenciam inteligências de grupo que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital. Suas ações se servem de elementos minoritários, conjugando-os, conectando-os para inventar um devir autônomo, imprevisto, que recusa e questiona a lei e os códigos que fixam a maioria.

1 A premissa norteadora do trabalho de James Scott (1990) é a de que a dinâmica da ordem social é afetada por linguagens ou códigos que não são públicos e que se originam das experiências de opressão de grupos subalternos. Assim, ele chama de *hidden transcripts* as expressões ou códigos de linguagem produzidos pelos dominados e que não podem vir à tona, sobretudo porque são "impedidos" de expô-los diante dos dominantes. Scott acredita que esses códigos ocultos são capazes de refletir uma dinâmica da política que muito pode nos ensinar sobre poder, hegemonia, resistência e subordinação.

2 Ao contrapor as lógicas de ação de dominantes e dominados, Scott (1990) mostra que não só os grupos subalternos desenvolvem códigos ocultos que permanecem silenciados diante dos dominantes, mas estes últimos também possuem seus códigos simbólicos que não são dados a ver. Ao lado dessas duas formas de códigos ocultos existe também um *public transcript*, ou código público que sustenta as aparências das relações entre dominantes e dominados sendo quase que completamente dominado pela lógica dos primeiros.

Maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme (europeu médio, adulto, macho, habitante das cidades). Ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo. Pode-se dizer que todo mundo está tomado por um devir minoritário. Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer se tornar majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (ser reconhecido, impor direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender. O povo é sempre uma minoria criadora e que permanece como tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano (Deleuze, 1992, p. 218).

Acreditamos, assim, que podemos dizer que os embates entre pixadores e agentes do poder público na cidade de Belo Horizonte configuram lutas que atravessam de um lado para o outro, da maioria à minoria, convocando-os e constituindo-os como atores que desenham um problema público e, com isso, criam condições para a transformação e experimentação das relações de poder que os constituem. Uma lógica da recusa se ergue contra as regras da representação e da *mise en scène* da partilha consensual de espaços, formas de aparecer em público e modos de escuta.

A abordagem que Deleuze e Guattari fazem do “devir minoritário” nos ajuda, assim, a perceber que a subjetivação política dos pixadores não define uma identidade pela qual desejam lutar, mas ela dissolve as identidades em multiplicidades que dizem “do problema da produção de novos enunciados” (Deleuze; Guattari, 2014, p. 151). Trata-se de uma “máquina de guerra”³ que configura nova engrenagem ao lado da precedente (majoritária), pois não se trata de derrubá-la, mas sim de fazê-la saltar, colapsar, rachar. Assim, a produção de um novo léxico, de novos enunciados, envolve sujeitos que correm o risco de expressar o que realmente pensam, conectando-se ao enunciado e à enunciação de modo a não só produzir efeitos sobre os outros, mas a afetar o objeto da enunciação, produzindo uma transformação existencial.

Para construir a análise de tal cenário de enfrentamentos, são trazidas as concepções de discurso e comunicação presentes em Rancière, Foucault e Habermas, observando como os autores configuram a relação entre comunicação e poder para dar origem a diferentes compreensões da política. O objetivo é observar o cenário proposto percebendo como, a partir do ato de assumir um nome e um lugar de

³ Para Deleuze (1992, p. 216), máquinas de guerra apresentam “uma certa maneira de ocupar, de preencher o espaço-tempo, ou de inventar novos espaços-tempos: movimentos revolucionários e artísticos são máquinas de guerra”.

transgressão, os pixadores se inscrevem nessas cenas e colocam seus corpos, discursos e experiências em embate com as noções que o poder público e certo senso comum mantêm sobre o universo da pixação.

É possível perceber, ao longo do texto, como teorias que se estruturam em torno de um rigor estritamente normativo para a análise de contextos comunicativos não são suficientes para abarcar tal contexto em sua complexidade. Assim, se faz necessário trazer estudos que se mostrem atentos às capacidades dos sujeitos – a partir de ações cotidianas, da articulação com pares e redes de apoio, e da exposição de seu mundo – de subverterem ordens sociais naturalizadas e se fazerem vistos, ouvidos e contados em espaços onde eram antes desconsiderados.

2. Considerações metodológicas

O trabalho é um resultado parcial da pesquisa de doutorado da autora, orientada pela coautora, e que se encontra em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). Apresentamos, aqui, algumas das primeiras considerações feitas a partir de dois grupos de dados. O primeiro, obtido a partir do levantamento em portais de notícias e sites institucionais sobre o histórico do combate à pixação na cidade de Belo Horizonte: leis, portarias, criação de órgãos, estabelecimento de parcerias, operações policiais, prisões, entre outras medidas. O segundo, é fruto da primeira parte da pesquisa de campo, realizada ao longo de dois anos, que consistiu na participação em oito eventos dedicados ao debate sobre aspectos diversos do cenário da pixação em Belo Horizonte: *Café Controverso: O que é pixo?*, em 12 de abril de 2014, no Espaço UFMG do *Conhecimento*; *Pixo é Direito: diálogo aberto entre pixação e Direito*; em 16 de maio de 2014, na Faculdade de Direito da UFMG; reuniões do coletivo Real da Rua, nos dias 30 de agosto, 11 de setembro e 16 de outubro de 2015, e 11 de março de 2016, sempre embaixo do Viaduto Santa Tereza; *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, em 21 de maio de 2016, no Espaço UFMG do *Conhecimento*; e *Roda de Conversa Pixo e Patrimônio*, em 11 de agosto de 2016, na Praça Carlos Drummond de Andrade.

Nesses eventos, foi possível observar a forma de participação dos pixadores e o modo como

constroem e elaboram seus posicionamentos, inclusive diante de agentes institucionais e do poder público. Observar essa fala em ato configurou-se como principal pilar de nosso percurso metodológico, inspirado pelo método igualitário de Rancière (1996; 2009), que se estrutura fundamentalmente a partir das noções de “excesso de palavras” e de “cena de dissenso”. Tais conceitos foram explorados metodologicamente em pesquisa anterior (Oliveira, 2015) e demonstraram potencial não só para a construção teórica da compreensão desse tipo de fenômenos, mas para servir como a própria ferramenta de investigação do mesmo.

De modo geral, uma cena de dissenso é uma cena polêmica sensível na qual se inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas subjetividades e novas formas de enunciação coletiva. Essa cena, segundo Rancière (2009), possibilita a emergência de sujeitos de enunciação, a elaboração e manejo dos enunciados, a instauração de performances e embates aí travados, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes.

Ao explicar seu método, Rancière (2000; 2009) esclarece primeiramente que a igualdade dos seres falantes intervém na divisão consensual do sensível como um suplemento, um excesso, uma ruptura com as leis naturais que organizam e coordenam a gravitação dos corpos sociais. Ao mesmo tempo, ele afirma que a igualdade se refere ao potencial de paridade que existe nas práticas realizadas pelos sujeitos. Isso não equivale a pensar a igualdade como “conjunto de direitos atribuídos a indivíduos e populações, com instituições especializadas na redução da distância entre fatos e normas” (Rancière, 2000, p. 6).

Rancière (2000) ressalta que, para sua obra *A noite dos proletários*, não leu os textos escritos pelos trabalhadores como documentos que expressavam sua condição ou cultura, mas como textos literários e filosóficos, marcados por um conhecimento e um saber derivados de uma luta por cruzar as fronteiras entre linguagens e mundos. Não se trata apenas de produzir novas interpretações sobre enunciados ou objetos, desnaturalizando as interpretações institucionalizadas, mas da invenção de outro vocabulário, apresentando novos enunciados ao lado daqueles que foram adquirindo força de lei. Também não se trata de um uso da arte, da literatura e da escrita como instrumento de libertação da consciência e instauração de uma revolução contra a opressão de classe, mas de um reenquadre da situação de opressão. Ela não deixa de existir, porém há uma transformação dos afetos que permitem

uma abertura a novas percepções, uma fabulação que inventa novas formas e possibilidades de ser. Tal operação fabuladora não tem como objetivo conhecer o que era ignorado e agir sobre uma realidade injusta, mas realizar um curto-circuito na circulação hierarquizada dos saberes e enunciados.

Em um paralelo com o cenário analisado aqui, cremos que tanto a palavra escrita na superfície da cidade e quanto a palavra proferida a partir da presença corporificada dos pixadores configuram cenas de dissenso que promovem a nomeação de um dano, a desidentificação com identidades sociais redutoras, e a subjetivação política emancipatória.

Neste momento de nossa pesquisa, o procedimento analítico consiste em reconstituir narrativa e descritivamente as cenas a partir dos dados levantados, buscando compreender o encadeamento das ações, discussões, propostas, reações e resistências, dando a ver como cada sujeito se coloca em cena, como se apresenta, que argumentos evoca, que demandas apresenta etc. Olhamos para as enunciações dos pixadores como agenciamentos minoritários que promovem o enfrentamento entre duas racionalidades e lógicas distintas de partilhar o sensível. Tais cenas são, então, analisadas a partir das categorias mobilizadas com a fundamentação teórica: discurso, comunicação e política.

3. Pixação em Belo Horizonte: um cenário de embate

Dois momentos históricos guardam os primórdios da pixação brasileira. Primeiro, nos anos 1960, em que a escrita em muros era utilizada como instrumento de protesto contra a ditadura militar. Depois, nos anos 1980, quando escritas inspiradas em produtos da cultura pop surgiram conjuntamente com a chegada do grafite ao país. Com o passar do tempo, essas escritas foram se desenvolvendo e mudando suas características, ganhando os contornos conhecidos hoje: assinaturas quase ilegíveis (para a maioria) que marcam territórios e expressam identidades (Carvalho, 2013; Oliveira, 2015; Gitahy, 2012).

Em Belo Horizonte, o grafite surge na segunda metade da década de 1980, junto ao movimento hip hop. De acordo com Viana e Bagnariol (2004), as inscrições urbanas existentes na cidade até então apresentavam, predominantemente, mensagens de cunho político. A partir daí, junto com os grafites,

também começam a surgir pela cidade palavras aleatórias, extraídas principalmente de letras de *rap*, escritas em *spray*. Para Soares (2013), a pixação belo-horizontina surgiu, também, como forma de fazer a periferia presente no centro. Nos anos 1990, a pixação se disseminou de forma muito próxima das torcidas organizadas dos times de futebol da cidade, especialmente a *Galoucura*, do Clube Atlético Mineiro, e a *Máfia Azul*, do Cruzeiro Esporte Clube, conforme identificam Carvalho (2013) e Viana e Bagnariol. Consequentemente, o Estádio Governador Magalhães Pinto – o Mineirão – se converteu em ponto de encontro para os pixadores e suas galeras⁴.

Não demorou para que o poder público respondesse ao avanço das intervenções e, já em 1991, Belo Horizonte teve sua primeira lei⁵ em proibição à pixação. Desde então, várias outras leis e medidas foram adotadas no município com a finalidade de coibir e combater a prática. Mas é a partir de 2010 que esses esforços ganham novos contornos, com a publicação da *Política Municipal Antipichação*⁶ e a criação do *Movimento Respeito por BH* (MRPBH), que tem como objetivo “garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente⁷”. Ainda em 2010⁸, o prefeito Márcio Lacerda anunciou, pela primeira vez, a criação de uma delegacia especializada em assuntos de pixação (que também foi anunciada em 2013⁹ e 2015¹⁰, mas ainda não está em funcionamento). Por fim, em 2015, em resposta a uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), foi publicada a Portaria 088/2015¹¹, que, entre outras providências, oficializa a cooperação entre a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e órgãos a ela vinculados com o Ministério Público Estadual, a Secretaria de Estado de Defesa Social, e as polícias Civil e Militar de

4 Galera é a forma como se designa um grupo de pixadores.

5 Lei nº 5998. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1991/599/5998/lei-ordinaria-n-5998-1991-proibe-a-pichacao-de-muros-urbanos-em-belo-horizonte-e-preve-multa-por-seu-descumprimento-1991-11-14.html>>. Acesso em 30 de set. de 2016.

6 Lei nº 10.059 disponível em:

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1049831>>. Acesso em 30 de set. de 2016.

7 Disponível em:

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=47907&chPlc=47907&>>. Acesso em 30 de set. de 2016.

8 Disponível em: <<http://www.itatiaia.com.br/noticia/belo-horizonte-vai-ganhar-delegacia-especializada-no-combate-a-pichacao>>. Acesso em 30 de set. de 2016.

9 Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/05/alem-de-sujarem-imoveis-pichadores-desafiam-policia-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

10 Disponível em: <<http://www.alterosa.com.br/app/belo-horizonte/noticia/jornalismo/ja---2ed/2015/03/17/noticia-ja-2edicao,131635/belo-horizonte-deve-ganhar-delegacia-especializada-para-pichadores.shtml>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

11 Texto completo da Portaria 088/2015 disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151064>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

Minas Gerais para o combate ao pixo na cidade.

Mesmo antes da oficialização por meio da Portaria, tal articulação de forças entre órgãos dos poderes municipal e estadual já vinha mostrando sua força e apresentando resultados. Em 2010, seis pixadores identificados como Piores de Belô foram presos¹² e mantidos encarcerados por 117 dias. Em maio de 2015, em uma operação denominada *Argo Panoptes*¹³, 17 membros do grupo *Pixadores de Elite* foram detidos, sendo que sete foram presos e dez foram alvos de condução coercitiva, passando a ser monitorados por tornozeleiras eletrônicas. O MPMG ainda enviou à Justiça uma ação civil propondo que os acusados ressarcam R\$ 10 milhões aos cofres públicos, a serem destinados ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos Lesados¹⁴. “GG”, líder do grupo, foi condenado a oito anos de prisão. Em 2016, uma pixação na Igreja de São Francisco de Assis¹⁵ (conhecida como Igreja da Pampulha) resultou na prisão dos pixadores conhecidos como “Marú” (que se apresentou à polícia e confessou ser o único autor da pixação) e “Goma” (que já havia sido preso junto com os Piores de Belô), e no pedido de prisão de “Frek”, tido como foragido.

As prisões suscitaram manifestações e debates por parte de sujeitos diversos – pixadores ou não – que identificam tais ações do poder público como manobras jurídicas e abusos de poder para forjar punições exemplares, retirando pixadores conhecidos de circulação e inibindo outros a permanecerem em atividade. Contra um discurso jurídico e policial que apresenta a pixação como crime, vandalismo e falta de respeito ao patrimônio, esses sujeitos oferecem outras formas de compreensão da prática, apresentando-a como modo de vida, de socialização, de cultura urbana e, portanto, de inserção e participação na vida da cidade.

Entre 2014 e 2016, vários eventos e debates foram promovidos para a discussão da situação do pixo e dos pixadores em Belo Horizonte. Vale dizer que nenhum desses eventos partiu da iniciativa dos pixadores, mas de agentes da sociedade civil ou agentes institucionais interessados em envolver os pixadores nas discussões acerca das leis e normas que se abatem sobre eles. Oito deles, apresentados

12 Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/pixadores-s%C3%A3o-denunciados-por-forma%C3%A7%C3%A3o-de-quadrilha-1.231734>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

13 *Argo Panoptes*, na mitologia grega, era um gigante com cem olhos que, ao dormir, ainda mantinha 50 deles abertos. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Argos_Panoptes>. Acesso em 03 de set. de 2016.

14 Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/mpmg-pede-r-10-mi-de-pixadores-de-elite-1.1054817>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

15 Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/03/igreja-da-pampulha-tombada-pelo-iphan-alvo-de-vandalismo-em-bh.html>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

na introdução, foram acompanhados presencialmente e foi possível observar que eles envolveram públicos diversos, como pesquisadores, advogados, representantes do poder público, etc. No entanto, a observação mais importante – e instigante – é a da presença e participação dos pixadores. Vários deles se apresentam e se assumem como tais para compartilhar suas próprias opiniões, experiências e posicionamentos acerca do pixo e de como percebem e se sentem em relação ao cenário de repressão à prática que se estabeleceu na cidade. Alguns o fazem pela fala, outros, pela música – seja em um *rap* já estruturado ou em rimas improvisadas. Outros, ainda, por timidez ou receio, se expressam menos verbalmente, mas não deixam de comparecer para fazer número, ouvir, apoiar. Com seus rostos, corpos, expressões, enfim, com sua presença, os pixadores, ao se mostrarem nessas cenas, assim como quando começaram a se organizar em 1990, mostram que existem, resistem, e fazem parte da vida da cidade – ainda que esse “fazer parte” seja apresentado de modo controverso, por uma exposição da diferença. Novamente enfatizamos que é na potência do próprio pixo, mais que nessas cenas polêmicas de enunciação instauradas por atores outros, que se encontra o aspecto maior da resistência dos pixadores: é por meio dele que criam um tipo de resistência a formas de vida prontas, ao apagamento e desaparecimento dos sujeitos em narrativas que apenas “encaixam” os indivíduos em molduras discursivas previamente arquitetadas, capturando seus gestos, rotinas e corpos em operações consensuais, constrangimentos e submissões de toda ordem.

Para Hannah Arendt (2000; 2007), quando os indivíduos se reúnem discursiva e ativamente (duas dimensões que, para ela, são inseparáveis), cria-se uma potência de libertação da submissão ao poder de outrem. Nesse espaço de aparência, essa reunião de forças antes isoladas pode se configurar como um perigo a esse poder, pois o indivíduo deixa de se perceber como isolado para se reunir com seus pares. Ressaltamos que ainda que a expressão pública de pontos de vista seja uma das formas possíveis de emancipação política dos sujeitos, ela não é a única e, muitas vezes, nem sempre é a melhor ou mais adequada. De todo modo, para Arendt, esse espaço da aparência precede qualquer organização formal da esfera pública e se dissipa tão logo os indivíduos voltem a se dispersar, o que não retiraria das ações ali concretizadas sua força e grandeza. A ação em si, segundo a autora, pode ser algo extraordinário, não devendo ser julgada nem por suas causas e motivações, nem por seus resultados.

É possível tensionar e relacionar a inseparabilidade das dimensões da ação e do discurso no conceito de Arendt ao que Deleuze e Guattari propõem como certa primazia da enunciação em relação

ao enunciado, ou seja, do ato de expressão sobre o conteúdo. Isso não significa, de modo algum, que o conteúdo interesse menos ou tenha menos relevância, mas que é o ato de enunciação que torna possível um enunciado (ainda que sobre eles atue um mesmo agenciamento e um mesmo desejo), que abre para ele um horizonte e aponta suas formas ou “linhas de fuga”, nos termos dos autores.

Dessa forma, tanto pela força extraordinária que uma ação promovida no espaço da aparência guarda em si quanto pela importância do ato expressivo que precede qualquer conteúdo, o primeiro aspecto a ser considerado ao olhar para esses eventos e debates é a própria presença e autoidentificação dos pixadores, especialmente quando é levado em consideração o risco ao qual eles se expõem ao se assumirem publicamente. A pixadora T., presente em vários dos eventos citados, declarou, durante a Roda de Conversa Pixo e Patrimônio, em agosto de 2016, que se sentia orgulhosa por ver tantos pixadores presentes, mesmo com o medo que eles vivenciam com o momento que a pixação atravessa em Belo Horizonte. No mesmo evento, o pixador K., um dos organizadores da conversa, diz de uma vontade de ocupar a cidade: “a gente não nasceu pra ocupar só favela, cadeia, beco e biqueira. [...] Quero ver os preto, pobre e favelado vir aqui e ter voz [sic]”. “Vir aqui e ter voz”, aparecer e agir, enunciado e enunciação. Além das marcas da pixação espalhadas pela cidade, que registram e expressam a existência desses jovens, seus corpos e vozes agora também querem ser vistos e ouvidos.

Não há nada nesse desejo que pareça estranho ou inadequado em comparação a outras reivindicações por um lugar na vida pública da cidade, especialmente quando pensamos em populações minorizadas que buscam por reconhecimento, como mulheres, negros, indígenas, LGBTs etc. No entanto, um aspecto diferencia radicalmente os pixadores de outros atores sociais: a atividade que assumem praticar constitui um crime, e sua descriminalização não é reivindicada. O que eles questionam é a forma com que o poder público tem conduzido o combate ao pixo; o enquadramento em leis que não aquelas que versam sobre a prática para justificar penas mais severas; a representação do pixador como bandido; a desmedida entre o tempo das penas e o tempo de recuperação das superfícies pixadas¹⁶; em última instância, a desvalorização da vida do pixador em oposição à supervalorização do patrimônio material da cidade. E eles o fazem entre seus pares e, também, diante de representantes¹⁷

16 GG, líder dos Pixadores de Elite, por exemplo, foi condenado a mais de oito anos de prisão e ao pagamento de R\$ 25 mil em indenizações pelos crimes de dano ao patrimônio público e cultural, pichação, apologia e incitação ao crime. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/justica-condena-lider-e-um-membro-de-grupo-pixadores-de-elite-1.1278496>> e <<http://www.otempo.com.br/cidades/lder-dos-pixadores-de-elite-tem-liberdade-negada-pelo-stf-1.1187432>>. Acesso em 09 de jun. de 2017.

17 Nos eventos apresentados, estiveram presentes, em momentos diferentes, representantes de diversos órgãos públicos, como Tiago Fantini (então gerente do Movimento Respeito por BH); Michelle Arroyo (Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico

dos órgãos que compõem o poder que os reprime.

No evento *Café Controverso: O que é pixo?*, realizado em abril de 2014, a pixadora T. confrontou Tiago Fantini, convidado do debate e então gerente do Movimento Respeito por BH, perguntando se o órgão possuía as estatísticas dos abusos, torturas e mortes sofridos por pixadores de Belo Horizonte. Ela contou algumas de suas experiências com a polícia e disse que a prisão não é o problema, mas, sim, tudo o que acontece entre a abordagem policial e a delegacia – isso quando eles são levados até lá, já que, muitas vezes, de acordo com relatos dos pixadores, é aplicada uma punição física e moral pelo próprio policial, na rua. Ela pede respeito aos pixadores e lembra: “é um ser humano”. No mesmo evento, o pixador R. colocou que o espaço visual da cidade é compartilhado por todos e que muitos intervêm sobre ele. Questiona, assim, o fato de o pixador ser tratado de maneira tão diferente de outros sujeitos que impõem outras formas de expressão pelas ruas, dando como exemplo a afixação de cartazes de forma desregulada por toda a cidade.

No *Café Controverso: Patrimônio e Arte de Rua*, realizado em maio de 2016, o pixador W. declarou que estava “meio parado”, porque cansou de apanhar da polícia. Já o pixador S. compartilhou algumas de suas experiências como jovem, pobre, morador de periferia, que passa e vê vários de seus amigos passarem por diversos forjamentos e humilhações por parte da polícia. Questionou Michelle Arroyo, presidente do IEPHA-MG, sobre onde seria aplicada a multa de R\$ 15 mil que levou por pixar uma pilastra do Viaduto Santa Tereza (o investimento dos valores das multas, aliás, é um questionamento constante nos debates). Ao fim, perguntou se, parando de pixar, ele deixaria de ser oprimido.

É se assumindo como pixadores, reconhecendo seu lugar de transgressão, que esses sujeitos esperam participar da vida pública da cidade e ter suas experiências e discursos considerados. É aí que se encontra o maior desafio e também o ponto mais instigante e potente desse contexto. Com a cena apresentada e para avançar em sua compreensão, se faz importante recorrer a algumas noções e conceitos que podem auxiliar na construção de um quadro teórico capaz de dar suporte à complexidade da relação dos pixadores com o poder público de Belo Horizonte.

e Artístico de Minas Gerais-IEPHA/MG); Cláudia Amaral (Promotora de Justiça da 18ª Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Apoio Comunitário e Fiscalização da Atividade Policial do MPMG); além de diversos representantes da Fundação Municipal de Cultura e de Conselhos a ela ligados.

4. Discurso, Comunicação e Política: A Impossibilidade do Consenso

Rancière (1996) explica que, historicamente, a noção do que é útil ou nocivo aos indivíduos levou à noção do que seria justo para uma comunidade. Nesse entendimento, a otimização das utilidades e a redução das nocividades particulares levariam à dedução da utilidade comum e, assim, da justiça. Essa é uma concepção utilitarista, pois, em sua origem, os termos “útil” (que designa a vantagem que um indivíduo ou comunidade obtém de uma ação) e “nocivo” (que significa um dano causado a um indivíduo por outro) não formam uma oposição real, já que a vantagem obtida em uma ação não faz, necessariamente, nascer um dano para outrem. Contudo, a partir de tal compreensão, a contagem e a distribuição das partes de uma sociedade passa a ser feita a partir da consideração do que é trazido ao bem comum por cada parcela, o que, por sua vez, vai conferir o direito a uma parte do comum. É aí que, para o autor, se encontra um erro fundamental e o dano constitutivo da política, pois é essa contagem utilitarista que faz com que alguns sejam considerados como parte de uma comunidade e outros não.

Essa percepção da utilidade do que cada parte traz ao comum de uma sociedade fornece uma das bases para compreender alguns dos aspectos que configuram o repúdio ao pixo e, conseqüentemente (e principalmente), aos pixadores. Ao contrário do grafite, a pixação não foi, ainda, capitalizada, transformada em bem de consumo ou objeto de uma admiração estética consensual ou legitimada (e é importante ressaltar que nada disso é pautado como desejo ou reivindicação pelos pixadores no cenário atual de Belo Horizonte). Assim, se a pixação não gera desejo ou lucro, se não tem seus traços incluídos em determinado padrão estético urbano, aqueles que a produzem não são vistos como colaboradores na produção do comum. Desse modo, se aquilo que não é útil é entendido como nocivo e injusto para uma comunidade, a pixação e os pixadores não podem gozar de uma parte na partilha do comum. E àqueles que insistem, o lugar concedido é o do crime.

No entanto, como pode ser observado no cenário aqui descrito, esses sujeitos têm participado da construção de cenas nas quais eles possam se inscrever não a partir dos lugares nos quais foram colocados por determinada ordem social, mas de lugares nos quais se reconhecem e de onde desejam falar e serem ouvidos. Aí, alguns obstáculos aparecem.

Para Habermas (1990; 2000), é a existência de um mundo compartilhado que possibilita

a comunicação. Em uma situação de fala voltada ao entendimento (que o autor denomina “agir comunicativo”), é necessário que haja o compartilhamento de uma linguagem e de um horizonte normativo. O agir comunicativo ainda prevê outras condições normativas rigorosas, como, por exemplo, a consideração e cooperação entre os sujeitos envolvidos para definição dos planos de ação, e a concordância sobre a escolha e o alcance dos fins propostos na situação. Os objetivos particulares de cada participante devem ser, ao menos temporariamente, interrompidos e limitados pelo compartilhamento intersubjetivo de uma linguagem; o foco no objetivo deve ser substituído pelo foco no entendimento. Se pretensões de poder tomam o lugar das pretensões de validade dos argumentos, o pano de fundo compartilhado é rompido e o agir comunicativo dá lugar ao “agir estratégico”.

Contudo, a ideia de que todo proferimento contém em si a sua intenção reforça a ideia de uma comunicação clara, voltada ao entendimento, não deixando espaço para a compreensão de que ele pode abrigar uma multiplicidade de possibilidades, níveis semânticos, intenções, assimetrias entre interlocutores. Tal perspectiva apresenta uma situação que parece já nascer consensual, indo do compartilhamento ao entendimento de forma não conflituosa e sem visar a um fim. Só mesmo em uma situação ideal, em que todos os participantes compartilham visões e sentidos sobre o mundo, um proferimento será naturalmente apreendido e compreendido de forma estrita e livre de problemas.

No contexto observado, isso parece pouco possível, já que os debates oficiais sobre a criação e a condução de medidas que visam ao combate à pixação acabam por ocorrer sempre dentro das instituições que conduzem tais processos, longe, principalmente, dos públicos mais afetados por seu desenvolvimento. Mesmo quando debates públicos mais abertos e acessíveis são promovidos, como aqueles expostos aqui, a diversidade dos sujeitos participantes no que se refere à origem, linguagem, objetivos etc. escapa, de saída, aos moldes habermasianos. Não é possível negar as disparidades de condições em que os sujeitos que participam dos debates se encontram, desde a diversidade de origens, ocupações e níveis de instrução formal às desigualdades nos lugares social e contextualmente ocupados. É preciso, dessa forma, muito esforço de todos os lados – de fala, de escuta, de disponibilidade ao outro – para que seja possível ali um debate, e não meras expressões isoladas.

Assim, enquanto para Habermas o compartilhamento de um mundo comum significa um ponto de partida e a base do consenso, para Rancière um mundo comum não é um mundo consensual,

e a interlocução política não se faz em uma cena que parte do pressuposto de que todos se entendem ou podem se entender, mas naquela onde há o litígio sobre o entendimento, em que todos os fatores – argumentação, objeto, mundo etc. – devem ser produzidos, e produzidos a partir desse litígio. Rancière (1996), então, apresenta uma proposta contrária: é a comunicação que possibilita o compartilhamento de mundos. E, também ao contrário do que defende Habermas, a heterogeneidade da linguagem não impossibilitaria a comunicação e o entendimento porque não se trata da linguagem empregada no ato de fala, mas sim de considerar se os sujeitos que a empregam são considerados como falantes válidos, se sua fala é ouvida como palavra ou mero ruído. E isso não é uma questão de linguagem, mas de ser ou não ser contado como parte.

O que permite a consideração de uma fala como palavra pode ser explorado, também, a partir das considerações de Foucault (1999; 2010) sobre o controle e a organização sociais da produção discursiva. Esse controle pode se dar por procedimentos internos, que determinam a forma como os enunciados são organizados para formar discursos considerados socialmente aceitáveis; ou externos, como procedimentos de exclusão do discurso, entre os quais Foucault destaca a interdição; a separação e a rejeição; e a oposição entre verdadeiro e falso.

São três os tipos possíveis de interdição para Foucault (1999): o “tabu do objeto”, que determina o que pode ser falado; o “ritual da circunstância”, que determina onde e quando pode ser falado; e o “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito de fala”, que determina quem pode falar. Já no procedimento de separação e rejeição, a sociedade determina aqueles que não terão sua palavra considerada, sendo apenas ruído; ou considerada como verdade inalcançável, fruto da ingenuidade ou genialidade que se encontra longe da razão, como os loucos, as crianças, os moradores de rua etc. Sobre a oposição entre verdadeiro e falso, Foucault pondera que não se trata de características intrínsecas aos discursos, mas da produção de efeitos de verdade. Isso significa que um discurso, para ser considerado válido, vai ter sempre que buscar apoio naquilo que é considerado verdadeiro em uma sociedade, o que se dá a partir de um conjunto de regulações normativas ligadas a um sistema de poder.

Isso significa, então, que um indivíduo pode possuir a capacidade da fala sem que a ele seja atribuída uma capacidade política, pois isso depende de como os procedimentos de controle do discurso atuam sobre sua fala, o que, por sua vez, depende do lugar que lhe é atribuído na ordem

social. Isso abre, portanto, o questionamento sobre a validade das falas dos pixadores nos eventos dos quais participam. Posto que eles não reivindicam a descriminalização da pixação, como esperam ser considerados nos debates sobre as leis e políticas que têm sido empreendidas pelo poder público no seu combate? Como considerar o discurso do transgressor na elaboração e condução das leis que restringem e condenam suas práticas?

Pois é justamente aí que se abre uma potência política: quando indivíduos que não eram considerados como seres falantes conseguem subverter essa ordem e se fazerem visíveis e audíveis onde antes não eram. Não há política quando sujeitos que compartilham linguagem, visões e normas se encontram para buscar o entendimento, mas quando há a manifestação de um dano e a subversão de uma situação que antes era excludente e que foi aberta à força para incluir aqueles que estavam fora. A política é para Rancière, portanto, fundamentalmente dissensual. Se há consenso, não há política, mas polícia, conceito que designa “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (Rancière, 1996, p. 41).

A polícia ordena os corpos em sociedade, conferindo a eles um nome, um lugar, e modos de ser, fazer e dizer. Retomando os procedimentos de exclusão do discurso de Foucault, é a ordem policial que determina aquilo que será visto e o que não será, o que será ouvido como palavra e o que será ruído. Isso não significa que ela seja ruim ou cruel. Rancière (1996) atribui à polícia um valor neutro, não pejorativo. Não a relaciona, também, ao chamado aparelho de Estado, geralmente colocado em oposição à sociedade. Mas ela é sempre o contrário da política, ainda que esta dependa daquela e só possa existir onde ela existe. Isso porque a política não possui objetos próprios. Segundo Rancière, “o que constitui o caráter político de uma ação não é seu objeto ou o lugar onde é exercida mas unicamente sua forma, a que inscreve a averiguação da igualdade na instituição de um litígio, de uma comunidade que existe apenas pela divisão” (Rancière, 1996, p. 44). A política está então, para Rancière, sempre ligada aos sujeitos e, mais precisamente, a processos de subjetivação, que ele descreve como uma reconfiguração do campo da experiência, que abre à força os espaços para que os sujeitos que não eram considerados falantes e iguais passem a ser.

Entendemos a potência política do pensamento de Rancière quando ele assume que uma

importante dimensão da subjetivação política é a transformação da voz em fala, em palavra a ser escutada. Contudo, é importante, mais uma vez, salientar que não é sempre que a questão dos pixadores passa por essa exposição pública, dialógica de demandas e pontos de vista. Não raro, a subjetivação política por eles valorizada é aquela que se caracteriza, nos estudos de Foucault (2014), a partir dos procedimentos por meio dos quais um indivíduo se “apropria de si”, transformando-se em sujeito de suas próprias práticas e construindo a si mesmo a partir de uma perspectiva ética que busca distanciar-se das regulações e normatividades do Estado. Foucault aposta nessa apropriação criativa de si, na qual os sujeitos são capazes de dirigir suas condutas e posicionamentos sociais. A subjetivação está, para ele, associada à transformação política de si, ou seja, à transformação da própria existência em um capital importante, algo valorizável e passível de ser oferecido e apresentado à sociedade. Para Pelbart (2002), quando a vida funciona como um capital ela reinventa suas coordenadas de enunciação e faz variar suas formas. Ela produz agenciamentos, novos enunciados e, portanto, subjetivação. Percebemos nos pixadores uma tendência crescente de utilizar sua própria vida, na precariedade de sua subsistência, como vetor de autovalorização.

Mas há outra dimensão da subjetivação em Rancière que parece potente para a construção do pixador como sujeito político. Segundo Dean (2011), para Rancière, subjetivação política não é identificação com uma identidade social que estabelece papéis e roteiros fixos de ação, mas, sim, a inscrição de um nome, uma desidentificação e o registro de um dano. O dano é descrito por Rancière como algo que não está relacionado a uma situação de vitimização, mas como algo que faz parte da estrutura da política. Dessa forma, ele não pode ser solucionado, pois se manifesta na própria existência dos sujeitos que a ele estão ligados. Esse processo abre uma contagem que não corresponde àquela efetuada pela ordem policial. As identidades criadas aí são litigiosas e os sujeitos que dela surgem serão sempre marcados pela diferença, eles nunca terão um novo status naturalizado e reconciliado. Dessa forma, parece haver uma impossibilidade do consenso efetivo, que é estabilizador, pois há sempre a presença do litígio que funda a política.

Rancière vai, assim, ao encontro de Foucault ao defender que os sujeitos são capazes de questionar as ordens tidas como naturais e buscar, através da luta, novos regimes de experiência e visibilidade. Contudo, apesar de não atar a política a normas e requisitos demasiados, Rancière propõe alguns elementos que precisam existir para que uma luta seja considerada política, como a organização

como uma parte dos sem parte, a manifestação do dano, o dissenso, a verificação da igualdade que subjaz a todo sistema de desigualdade, entre outros.

Parece ser isso o que realizam os pixadores quando se inscrevem nas cenas dos debates, seja na participação em sua produção, na tomada da palavra, ou na mera presença física. Em cada um desses modos de participação, há a confrontação com essas identidades litigiosas, ao se assumirem como pixadores, mas recusarem o lugar de criminosos; ao narrarem experiências pessoais e questionarem informações e dados oficiais informados pelos representantes do poder público ali presentes; ao passarem por cima das disparidades entre os demais interlocutores para levarem àqueles espaços sua linguagem e seus modos de vida; ao superarem o medo do que tais ações podem trazer como consequências pessoais para afirmarem sua existência e sua resistência coletivas.

Buscar entender um contexto como esse a partir de uma concepção da comunicação para o consenso e o entendimento mostra-se, assim, como uma impossibilidade, já que os requisitos normativos para tal análise não são, em momento algum, respondidos. Para analisar um cenário tal é necessária a consideração da contingência, do acaso, da singularidade, da tensão, da impossibilidade do consenso como o próprio fundamento da situação comunicativa. Aparência, enunciação, enunciado, desidentificação e dissenso estão imbricados na construção dessas cenas que subvertem expectativas e abrem espaço para que novos mundos sejam trazidos ao comum.

Dessa forma, em Belo Horizonte, a cena de conflito entre as medidas antipixação do poder público e as ações de resistência dos pixadores tem embaralhado determinadas formas de apreender e compreender o pixo e seus autores. Por meio dos diferentes modos pelos quais se fazem vistos na cidade – seja pelo pixo ou pelo aparecimento e participação em eventos públicos – os pixadores deixam ver não só sua capacidade de compreender a linguagem do poder, mas também o modo particular como a interpretam e se apropriam dela a partir de suas experiências a fim de tensionar vida e norma (Oliveira; Marques, 2016). Eles assumem seu lugar como transgressores da lei, conhecem as implicações de tal transgressão e desejam ser ouvidos e contados justamente a partir desse lugar. No entanto, como vimos, o poder também parece não se cansar de inventar novos mecanismos, cada vez mais rigorosos, de criminalização e combate ao pixo. É esse ciclo que parece se retroalimentar — tal como as potencialidades e desafios que ele apresenta para a construção de práticas minoritárias

e de cenas dissensuais de enunciação e interação, onde podem ser expressos outros sentidos sobre igualdade e justiça — que nos instiga e nos move nesta pesquisa.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 10ª ed. p. 211-220.

_____. A vida do espírito. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2000. 4ª ed. pp. 5-42.

CARVALHO, Rodrigo Amaro. “Entre prezas e rolês: pixadores e pixações de /em Belo Horizonte”. Dissertação de Mestrado. Área de Concentração: Antropologia Social. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2013.

DEAN, Jodi. Politics without politics. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. Reading Rancière. London: Continuum International Publishing Group, 2011, pp. 73-94.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Kafka: Por uma literatura menor. Trad.: Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 3ª ed. pp.23-34; 201-222.

____. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 5ª ed.

____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. 4ª ed. pp. 1-14.

____. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). Ditos e escritos, v.5:ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. pp. 264-287.

GITAHY, Celso. O que é Graffiti. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, pp.. 65-88; 123-135.

OLIVEIRA, Ana Karina de Carvalho. "Agora é a vez do pixo: cenas de dissenso e subjetivação política nas relações entre pixação e arte". Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

OLIVEIRA, A. K. C.; MARQUES, A. "Pixo e cenas dissensuais em Belo Horizonte: antagonismos entre a força da lei e a emergência dos pixadores como sujeitos políticos". In: Quaestio Iuris (Impresso), v. 9, pp. 2007-2024, 2016.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potência da vida. LugarComum, n.17, 2002, pp. 33-43.

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento. Política e Filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. "Literature, Politics, Aesthetics: Approaches to Democratic Disagreement. Interviewed by Solange Guénoun and James H. Kavanagh". In: Substance, n.92, p.3-24, 2000.

_____. "The method of equality: an answer to some questions". In: ROCKHILL, Gabriel; WATTS, Philip (eds.). Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics. Durham and London: Duke University Press, pp. 273-288, 2009.

SCOTT, James C. Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts. Londres: Yale University Press, 1990.

SOARES, F. C. "Pixação em Belo Horizonte. Identidade e transgressão como apropriação do espaço urbano". In: Ponto Urbe [Online], 12 | 2013. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/565>>. Acesso em 30 de set. de 2016.

VIANA, Maria Luiza, BAGNARIOL, Piero. História recente do graffiti. In: Guia Ilustrado de Graffiti e Quadrinhos. Belo Horizonte: Fapi, 2004.